



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Caio Matsui

Mudanças no controle patrimonial das empresas agrícolas no período 2005-2010

Campinas

2012

Caio Matsui

Mudanças no controle patrimonial das empresas agrícolas no período 2005-2010

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do
Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.

Campinas

2012

MATSUI, Caio. Mudanças no controle patrimonial das empresas agrícolas no período 2005-2010. 2012. 37 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

O propósito desse trabalho é observar as mudanças no controle patrimonial das 400 maiores empresas do agronegócio entre os anos de 2005 e 2010. Esse período foi marcado por intenso crescimento dos investimentos, da produção e das exportações do setor, ou seja, foi um período de grande dinamismo, a partir do qual buscamos analisar a proporção do capital estrangeiro, nacional e estatal entre as 400 maiores empresas do agronegócio. É importante ressaltar as continuidades e permanências que o desenvolvimento recente do agronegócio guarda com o processo de formação da agricultura brasileira, que será analisada a partir das interpretações de Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Palavras-Chaves: controle patrimonial; agronegócio; grande exploração rural; internacionalização.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas anuais do PIB Global e do PIB Agropecuário	18
Tabela 2 – Participação da exportação de mercadorias na produção total, segundo os produtos, no Brasil – 1996-2001.....	24
Tabela 3 – Análise da concentração das vendas - Nacionais, estrangeiras e estatais (2005-2010).....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: A formação da agricultura no Brasil	02
1.1. Caio Prado Júnior: o sentido da colonização e a grande exploração	10
1.2. Celso Furtado: a agricultura itinerante e a concentração fundiária	03
CAPÍTULO 2: Agricultura em tempos de reversão neocolonial.....	15
2.1. Da formação à reversão neocolonial	15
2.1.1. Reestruturação produtiva e a “nova dependência”	15
2.1.2. A economia brasileira e os riscos de reversão neocolonial	17
2.2. Barbárie e modernidade: as transformações do campo e o agronegócio no Brasil	18
3. CAPÍTULO 3: Crescimento do agronegócio e o controle patrimonial das 400 maiores empresas do agronegócio.....	22
3.1 Tendências recentes da internacionalização do agronegócio no Brasil (1990-03)	22
3.2. Análise das 400 maiores empresas do agronegócio no Brasil	24
3.2.1. Notas metodológicas	24
3.2.2. O conjunto das 400 maiores empresas	25
3.2.3. Análise setorial	27
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ANEXOS	33

Introdução

O crescimento do setor agropecuário nos últimos anos é notável. Setores como o complexo da soja, a pecuária e o sucroalcooleiro bateram vários recordes com relação à quantidade produzida, valor exportado e área colhida. Esse crescimento foi impulsionado por dois processos importantes a partir da década de 1990, sendo o primeiro a liberalização comercial e financeira, que fomentou o processo de fusões e aquisições nesse setor e aprofundou a participação do Brasil nos circuitos comerciais internacionais. O segundo processo foi o aumento consistente no preço das commodities no mercado internacional a partir de 2002, em grande medida capitaneado pelo aumento da demanda gerado pelo crescimento chinês.

Dessa forma, esse trabalho pretende analisar o quadro de mudanças no controle patrimonial das empresas do agronegócio no período conhecido de “boom” das commodities. O foco é analisar a participação do capital estrangeiro no agronegócio e nos seus setores mais dinâmicos. E, numa perspectiva mais ampla, tentar depreender as permanências e discontinuidades dessa estrutura agrícola moderna com a estrutura produtiva do Brasil colonial.

Antes da análise empírica, buscaremos analisar o processo de formação da agricultura no Brasil e o quadro recente de transformações do agronegócio. Para tanto, na primeira parte, usamos as categorias de análise de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, que apresentam importantes contribuições para a compreensão da formação da estrutura produtiva da economia brasileira e da estrutura social daí decorrente. Na segunda parte, situamos o processo de crescimento do setor primário no quadro de reversão neocolonial por que passa a economia brasileira e, a partir das contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, buscamos compreender as contradições engendradas por aquele processo.

A inspiração desse trabalho foi o trabalho de conclusão de curso realizado por Artur Monte Cardoso, que analisou as mudanças de controle patrimonial das 500 maiores empresas do Brasil entre os anos 1990 e 2006, a fim de observar as mudanças no controle patrimonial dessas empresas a partir do ajuste neoliberal. No presente trabalho, utilizamos a mesma metodologia, mas a base de dados utilizada será a lista das 400 maiores empresas do agronegócio produzida pela revista Exame a partir de 2005.

Capítulo 1: Formação da agricultura no Brasil

1.1. Caio Prado Júnior: o sentido da colonização e a grande exploração

A preocupação que marca toda a obra de Caio Prado Júnior (1907-1990) foi a de tentar compreender o processo de formação do Brasil contemporâneo. Para tanto, o autor buscou elementos fundamentais para a formação da sociedade brasileira a partir das continuidades e descontinuidades do sistema colonial. Entre suas principais contribuições estão a análise da história econômica do Brasil, do processo de concentração da propriedade da terra e de seus impactos na estrutura social brasileira.

Antes de voltar a atenção ao processo específico de formação da agricultura no Brasil, é preciso entender conceitos importantes que possibilitam traçar paralelos entre a agricultura no sistema colonial e a agricultura de fins do século XX e início do XXI, a fim de entender melhor essa última.

De acordo com Prado Jr., o início do século XIX é um momento chave para observar o resultado de 300 anos de colonização e entender o processo posterior, as mudanças que vão dar origem ao Brasil contemporâneo, que para ele é um organismo em constante alteração, não assumindo uma forma definitiva. Da síntese dos três séculos de colonização deriva um conceito fundamental, o *sentido da colonização*.

Tal sentido é a evolução de um povo vista em perspectiva, “o conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo” (Prado Jr., 2010, p. 17). Sendo assim, o processo de formação deve ser contextualizado e localizado na expansão comercial europeia a partir de meados do século XV. Para Caio Prado, a colonização do Brasil “não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado Jr, 2010, p. 20). A “descoberta” da América ocorre na tentativa de encontrar um caminho marítimo para as Índias orientais com o intuito de abastecer o mercado europeu de especiarias de alto valor.

Dessa forma, a economia da colônia pode ser explicada a partir do:

“(...) ‘sentido’ [que] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.” (Prado Jr., 2010, p. 117)

Inicialmente, a ocupação do território que viria a ser o Brasil não apresentava nenhuma utilidade comercial, mas era um elemento estratégico, pois era um momento em que as nações europeias estavam ocupando novos territórios com o intuito de ampliar suas bases comerciais ou suas fontes de metais preciosos, como o ouro. Além disso, Portugal hauria do exterior a maior parte de seus ganhos e não podia deixar um território tão vasto sem defesa. Dessa forma, a colonização foi a forma adotada por Portugal a fim de defender o território recém-descoberto. Mas, diferente de outras colônias, aqui não se podia exercer o saque de metais preciosos como na América espanhola ou o comércio como nas colônias africanas, restando apenas os recursos naturais e a possibilidade de uma forma de exploração particular, a agricultura ou a pecuária, subordinadas à posse fundiária (Rego, 2000, p. 35-36).

Essa necessidade de ocupação do território implicou em uma forma específica de distribuição das terras, que foram divididas em sesmarias, grandes áreas de terra, mas, com a possibilidade de alienação por decisão do proprietário, sem criar nenhum laço de dependência pessoal (p.e. vassalagem). A seleção dos proprietários ocorria de acordo com as possibilidades materiais e a habilidade própria para aproveitar e valorizar as terras. Ou seja, a posse da terra de nada valia sem os meios necessários para explorá-la (Prado Jr., 1972, p. 17).

Alguns fatores concorreram para determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. O primeiro deles foi o caráter tropical da terra, que por apresentar condições naturais muito diferentes de Portugal, não despertou o interesse de povoamento do território.

Outro fator fundamental foi o objetivo dos colonizadores, que tiveram uma política de constituir um regime agrário de grandes propriedades, já que um regime de pequenas propriedades gerava uma estrutura social mais complexa e uma população mais numerosa, ou seja, implicaria no desenvolvimento de um mercado interno, que, por sua vez, consumiria excedentes maiores da produção, esta que deveria ser destinada ao mercado europeu. Houve, portanto, uma política deliberada da metrópole em não constituir um mercado interno, do que advém um dos motivos pelo qual se fez uso do trabalho escravo, de que falaremos mais adiante. Associado a esse fator temos o tipo de colono que vem povoar o novo território. Nas palavras de Caio Prado, “não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio” (PRADO JR., 2010, p. 118). No campo isso significa que o colono será o empreendedor de uma grande empresa, a *grande exploração rural*.

Por fim, o último fator foi a nova ordem econômica mundial que se inaugura com os descobrimentos ultramarinos, acirrando a concorrência entre as nações europeias pelo controle de territórios e canais de comércio e na qual a Europa figura como o centro do sistema e os trópicos não cumprem mais do que o papel de simples fornecedores de produtos característicos de regiões de clima tropical.

Depois de analisar os fatores que determinaram a estrutura agrária, vale a pena compreender a situação desfavorável ao desenvolvimento da pequena propriedade cultivada por pequenos lavradores. Dentre outros fatores, esse modelo não progride por conta dos altos custos e da rudeza do desbravamento de uma terra virgem, do baixo custo do trabalho escravo em relação ao trabalho livre, da alta rentabilidade da cultura tropical quando executada em larga escala e por conta dos altos custos de instalação da atividade açucareira.

Mais do que isso, havia uma dificuldade prática para o pequeno lavrador escoar sua produção, pois não se desenvolveu um mercado interno capaz de absorver essa produção. A deficiência do mercado interno merece uma atenção especial, pois ela será um dos determinantes fundamentais da estrutura social ao fim da colonização e resultou da condição de escravidão ou semi-assalariamento de grande parcela da população, das dificuldades de comunicação entre as regiões, da inexpressividade dos centros urbanos e, por fim, da grande propriedade rural que produzia quase tudo o que necessitava para consumo interno.

A grande propriedade foi acompanhada da monocultura, as duas eram correlatas. As causas para a prática dessa, como forma específica de exploração da terra, são as mesmas que justificam a adoção de uma política em prol daquela. Ainda que Portugal precisasse despender esforços para promover a colonização, o objetivo comercial se manteve, ou seja, o elemento norteador continuou sendo o lucro imediato. Era necessário, portanto, o cultivo de um produto de alto valor e de demanda crescente no mercado europeu. Sendo assim, a produção agrícola se especializa a fim de vencer as dificuldades do plantio da cana de açúcar e os altos custos dos investimentos para a produção do açúcar.

A monocultura tem como características o uso intensivo do solo, o baixo desenvolvimento tecnológico e o uso predatório dos recursos naturais. Dessa forma, a agricultura se desenvolve de forma mais quantitativa do que qualitativa, ou seja, a produção aumenta conforme a expansão da fronteira agrícola, porém, essa expansão tem um limite.

Esse limite é representado pelo valor que a produção vai ser comercializada no porto, o que precisa, para garantir a viabilidade da exploração de novas áreas, cobrir os custos do frete.

As técnicas de produção empregadas eram rudimentares, ocorrendo ainda no século XIX a prática da queimada, que devora as matas, acaba com os nutrientes do solo e acelera o processo de erosão. Não se utilizava nenhuma técnica de lavra e preparo do solo, ou mesmo de irrigação, drenagem da água ou de escolha de variedades, sendo que até o começo do século XIX ainda era usada a mesma variedade de cana de açúcar do início da colonização.

O terceiro elemento que constituiu a *grande exploração rural* foi o trabalho escravo. Ele surgiu como uma necessidade, tendo em vista que Portugal dispunha de pequeno excedente de mão de obra e uma população pouco numerosa, além da necessidade de grandes contingentes de mão de obra demandados pela grande propriedade monocultora. Foi justamente essa necessidade, aliada ao papel pré-determinado de empreendedor do colono europeu, que fez renascer na história da humanidade a subjugação de um povo a outro, a escravidão, que estava quase extinta no século XVI.

Um ponto destacado anteriormente sobre a adoção do trabalho escravo é o seu impacto na constituição do mercado interno. Pois, dentro da grande propriedade rural o trabalho escravo era organizado para produzir quase todo o necessário para a manutenção da grande propriedade, além do que o escravo não auferia nenhuma renda e, portanto, não se configura enquanto um consumidor. Enquanto o trabalhador livre, para além do seu consumo próprio, produz também para o intercâmbio com outros trabalhadores, o que diversifica a produção e, mais do que isso, constitui uma demanda interna capaz de estruturar sobre bases sólidas um mercado que irá absorver a produção, por exemplo, de pequenos lavradores. Para efeito de ilustração da ordem de grandeza que assumiu o trabalho escravo, “no fim da era colonial, cerca de um terço da população colonial era composta de escravos negros” (PRADO JR., 2010, pg. 121), ou seja, um mercado de outra magnitude seria possível caso o trabalho escravo não tivesse sido adotado.

Esses três elementos se combinam e são interdependentes entre si e não foram apenas simples escolhas, mas, sobretudo, foram a forma da metrópole resolver as várias dificuldades e problemas apontados acima para a instauração da grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. De acordo com o autor:

“Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a ‘grande exploração rural’, isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social.” (PRADO JR., 2010, p. 121, grifo do autor)

No Brasil, coexistiu a grande propriedade mais a grande exploração rural, o que não só não é a mesma coisa, como traz implicações diversas, já que a primeira é a propriedade privada de grandes extensões de terra, que configuram os latifúndios, e a segunda a exploração do latifúndio a partir da monocultura pelo trabalho escravo. No entanto, existem alternativas, pois a grande propriedade poderia ser organizada para exploração parcelária da terra, com o desenvolvimento do trabalho individual de pequenos agricultores autônomos.

Na combinação da grande propriedade e da grande exploração rural estão a base da estrutura social brasileira, que se desenvolve a partir de um sistema de organização do trabalho e da propriedade concentradora de renda, em que há uma minoria de senhores da terra e da riqueza e uma grande massa de trabalhadores escravos ou subordinados. Na agricultura, na mineração e nas atividades extrativas, as principais atividades econômicas da colônia, o que vemos se repetir é a existência de um grande número de trabalhadores sob a ordem e no interesse do empresário. Essa conformação compromete a evolução econômica da sociedade brasileira, pois torna mais complicado o desenvolvimento de um mercado interno, elemento capaz de induzir o desenvolvimento de determinados setores.

Nas palavras de Caio Prado:

“(...) são estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional.” (PRADO JR., 2010, p. 123).

Nossa atenção até aqui se concentrou mais na primeira característica, que diz respeito à estrutura da economia. Vale, nesse momento, discorrer um pouco mais sobre as consequências dessa segunda característica, de uma economia que funciona orientando sua produção para o exterior a fim de abastecer os mercados internacionais. Esse papel desempenhado pela economia brasileira é altamente instável, pois ficamos dependentes de uma demanda volátil. A consequência é grave, já que a evolução econômica da colônia passa a apresentar um comportamento cíclico “tanto no tempo como no espaço, em que assiste

sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total” (PRADO JR., 2010, p. 125).

A forma na qual se desenhou a ocupação do território brasileiro, na qual se integram as regiões e as populações que nelas vivem está intimamente ligada a esses ciclos econômicos. Tivemos inicialmente a fase de prosperidade do açúcar, em que se destacam a Bahia e Pernambuco e que se estende até fins do século XVII. Depois disso, em meados do século seguinte houve a ascensão dos centros mineradores, mais distantes do litoral e que cumpriram um papel de interiorização do território. Antes mesmo do terceiro quartel do século, as atividades mineradoras já começam a perder o fôlego para dar novamente espaço aos antigos centros agrícolas do litoral, onde ao lado do açúcar passa a figurar também com certa expressão o algodão. A partir do século XIX temos o movimento descendente do algodão e o crescimento de um novo produto, o café, que se desenvolve nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Caio Prado:

“Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira [...]. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer, impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida humana que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava.” (PRADO JR., 2010, p. 126).

Essas características permanecem mesmo após a independência do país, o que demonstra que não era o regime de colônia que mantinha artificialmente essa situação. No entanto, ocorrem mudanças significativas com a constituição do império e o fim do pacto colonial. Para Prado Jr., a independência política, ao lado da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira, é um dos momentos decisivos da Revolução Brasileira, por se tratar da estruturação do estado brasileiro, o que significa que “a inspiração, orientação e direção do conjunto da vida brasileira se farão daí por diante a partir de seu próprio interior onde se localizarão seus estímulos e impulsos, o que torna possível definir, propor e realizar as aspirações e interesses propriamente nacionais” (PRADO JR, 2004, p. 83).

Contudo, nesse processo de transição da colônia para a nação, dois aspectos fundamentais persistem e interferem na construção dessa. Dizem respeito às relações de produção estabelecidas na agropecuária brasileira e no caráter originário da economia brasileira voltado para atender mercados externos, necessidades estranhas ao país.

Esse caráter, essa função exclusiva originária da economia brasileira é responsável pela formação das raízes e serve de base para a penetração e dominação imperialista em nosso país. A especialização da economia leva-a a integrar um quadro de divisão internacional do trabalho em que o Brasil figura como fornecedor de uns poucos produtos primários de alta demanda e valor no mercado internacional, ou seja, o país passa a fazer parte, na condição de país periférico, do sistema internacional do capitalismo, agora industrial.

A penetração de capitais europeus e norte americanos no Brasil não é realizada diretamente na atividade produtiva, mas nas atividades auxiliares e complementares da produção, como, por exemplo, nas atividades auxiliares da comercialização, nas de financiamento e na infraestrutura de transportes. Ao mesmo tempo, graças à especialização da economia brasileira, o mercado interno fica à mercê do capital estrangeiro, o que leva a um crescimento das importações de produtos manufaturados e até de gêneros essenciais.

Tudo isso, aliado às imposições financeiras do imperialismo levam a um “crônico e crescente desequilíbrio de nossas contas externas e graves dificuldades no atendimento dos compromissos financeiros no exterior com o que nos provinha da venda de nossos produtos no estrangeiro – única fonte de recursos internacionais com que constávamos” (PRADO JR, 2004, p.87).

Como consequência, desenha-se uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e de depreciação de nossa moeda. Deriva daí uma ideia importante em Caio Prado, a de que os limites do desenvolvimento nacional são dados pela capacidade da economia brasileira gerar lucros e realizá-los em moeda estrangeira. Para tanto, é necessário que o saldo de nosso comércio exterior seja positivo, ou seja, torna-se mais clara a relação do imperialismo com a especialização da nossa economia. Nas palavras de Caio Prado, evidencia-se um verdadeiro círculo vicioso, no qual:

“(…) a participação do capitalismo internacional na economia brasileira constitui assim um embaraço crescente à transformação da mesma economia e à sua libertação do seu passado colonial. Passado esse que, embora sob forma diferente e mais complexa, continua a mantê-la

enquadrada num sistema em que ela figura como setor e elemento periférico e dependente.” (PRADO JR., 1999, p. 128-129).

O outro aspecto relevante na transição da colônia para uma coletividade nacional são os passos iniciais para a integração dos trabalhadores à sociedade brasileira, que são representados pela supressão do tráfico negreiro, o estímulo à imigração europeia e, por fim, a abolição da escravidão. Com isso, superava-se a natureza e a estrutura colonial da sociedade brasileira, a divisão entre os dirigentes da empresa mercantil e a grande massa trabalhadora, que antes, não passava de “instrumento vivo destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização” (Prado Jr, 2004, p.95).

A elevação do estatuto social do trabalhador traz consigo a possibilidade de ascensão dos padrões materiais de grande massa demográfica, o que amplia as relações econômicas e financeiras e abre perspectivas de desenvolvimento do mercado interno. No entanto, o que se observa é que a generalização das relações capitalistas de produção tendeu a reduzir as condições materiais do trabalhador.

Isso porque, a abolição da escravidão reduziu o custo da mão de obra e liberou o capital imobilizado que representava o escravo, com isso, houve incorporação de progresso técnico e a ampliação da capacidade produtiva, o que reduziu as áreas disponíveis ao trabalhador para culturas de subsistência, assim como o regime de assalariamento reduziu seu tempo disponível para tais culturas. Ao final, o acréscimo de salário não compensa o fato de ele ter que comprar em proporções crescentes seus alimentos no comércio.

Essa situação permite a produção a baixo custo dos produtos primários destinados ao mercado externo, mas:

“(…) é incompatível com o desenvolvimento econômico em bases nacionais, e constitui por isso grande obstáculo a esse desenvolvimento, pois entre outras consequências restringe o mercado interno e assim entrava a industrialização que representa o fundamento de uma economia nacional” (Prado Jr, 2004, p.100).

É preciso, portanto, alterar o sentido da estrutura econômica, para que essa deixe de atender interesses estranhos à nação e volte-se para o atendimento do mercado interno, bem como para a elevação dos baixos níveis e padrões da população brasileira. Dessa forma, a superação do problema passa por tentar reduzir progressivamente a “desproporção entre as perspectivas e oportunidades econômicas que o sistema oferece, e doutro lado, o nível

de necessidades, efetivas e potenciais, da população que precisa manter-se à custa dele.” (Prado Jr., 1954, p. 157 apud Rego, 2000, p. 48).

1.2. Celso Furtado: a agricultura itinerante e a concentração fundiária

O economista Celso Furtado (1920-2004) se preocupou, não só em sua obra, mas também em sua vida como homem público, em superar a condição de subdesenvolvimento do Brasil. Em 1959 publica uma obra pioneira que apresenta um estudo sobre a “Formação Econômica do Brasil”. O livro inicia com uma análise dos fundamentos econômicos que garantiram a ocupação do território que viria a ser o Brasil. Furtado vê na “ocupação econômica das terras americanas [...] um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 1984, p. 5).

Com a descoberta de ouro pela Espanha, a ocupação da América se constitui como um problema político para Portugal, que acaba desviando recursos de empresas mais produtivas que operam no oriente. Sendo assim, Portugal cria colônias de povoamento com o objetivo de defender o território. É uma opção estratégica, pois, à primeira vista as terras não tinham nenhuma utilidade econômica, o que exigiu de Portugal um esforço no sentido de encontrar outras formas de utilização do território que não a simples extração de metais preciosos.

De acordo com FURTADO (1984) a ocupação do território americano tornou-se viável a partir da possibilidade de desenvolver alguma atividade econômica que fosse altamente rentável, capaz de cobrir os altos custos do frete. Os fatores de êxito da grande empresa colonial agrícola europeia foram: i) portugueses já tinham experiência no cultivo de uma especiaria bem apreciada no mercado europeu, o açúcar, e, por isso, dominavam a técnica e já haviam desenvolvido uma indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros; ii) tiveram, particularmente nos holandeses, aliados na expansão do mercado de açúcar e mesmo no financiamento das atividades de refino e comercialização; e, por fim iii) a experiência portuguesa no mercado africano de escravos que solucionou o problema da mão-de-obra.

O Brasil é um país que experimentou uma colonização diferente de todos os outros territórios da América. Está em sua gênese, de forma profunda, a intenção do capitalismo comercial em criar uma empresa agrícola. Na colonização da América Hispânica, há uma luta de conquista e pilhagem. Nas Antilhas francesas e inglesas, prevalecem objetivos

políticos e a intenção de criar colônias de povoamento. Por fim, a Nova Inglaterra é outro perfil, com comunidades que já nascem introvertidas. (FURTADO, 1972, p. 93)

A importância da empresa agromercantil reside no fato de que ela interfere na formação da estrutura da economia e da sociedade do país e para o objetivo deste trabalho, isso se faz muito importante. São dois os polos que influenciam o processo de formação, a empresa agromercantil do século XVI e a empresa mineira do século XVIII. Existem, no entanto, mais duas outras atividades que exercem importância, quais sejam, a caça ao indígena e a pecuária, sendo que somente a segunda será importante para esse trabalho.

A pecuária surge como uma atividade complementar à atividade açucareira, em primeiro lugar para satisfazer a demanda de carne e, em segundo lugar, para utilizar a tração e a carga dos animais. Ademais, vem cumprir um papel essencial de estabilização das atividades econômicas em conjunto, quando essas entravam em fases de depressão. Ou seja, foi uma atividade capaz de amortecer os efeitos negativos da depressão da cultura principal e, de alguma forma, contribuiu com a interiorização do território, com a criação de fazendas de gado, como uma colonização de povoamento.

Sobre o processo de distribuição de terras, Furtado também chama atenção ao fato de que a terra era abundante, um bem de ínfimo valor, sendo importante a capacidade financeira dos indivíduos que ganhavam a concessão da terra. Esses, em geral, eram senhores economicamente poderosos e capazes de imobilizar grandes quantias de capital em instalações e escravos. Os homens livres que chegaram ao país acabaram se transformando em dependentes da classe dos grandes proprietários. Isso ocorre, por exemplo, na atividade açucareira, onde, apesar de cultivar lavouras para produzir excedentes comercializáveis com a população dos engenhos, os homens livres não conseguiam alcançar a propriedade efetiva da terra, que já havia sido concedida a membros da classe dirigente. Dessa forma, o papel que desempenha o pequeno lavrador é abrir as terras para a futura expansão da empresa agromercantil. De acordo com Furtado, “o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil” (FURTADO, 1972, p. 98), que, por sua vez, conseguiu reduzir o contingente da população não escrava a mão de obra potencial à sua disposição.

Dessa forma, é “no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder”

(FURTADO, 1972, p. 98). Esse controle foi utilizado para impedir a constituição de comunidades agrícolas, estreitando as possibilidades do pequeno agricultor, que não tinha condições de concorrer com a grande lavoura, visto que as melhores terras estavam em controle dos grandes proprietários, que a comercialização do produto exigia certa capacidade financeira e, por fim, que o trabalhador livre concorria diretamente com o trabalho escravo. Impossibilitado de competir com a empresa agromercantil, a população camponesa pode escolher entre transformar-se em dependente dessa empresa, exercendo funções específicas, ou, pode optar por deslocar-se para terras mais distantes, ainda não cultivadas e sem interesse comercial imediato.

Vale pontuar nesse momento, o papel que cumpriu o trabalho escravo, que além de viabilizar a grande empresa agro comercial a partir de uma forma de pilhagem da África ocidental, garantiu mecanismos importantes no controle da terra. De acordo com o autor:

“[o] controle do acesso à propriedade da terra constitui, em seguida à escravidão, o fator mais importante na estruturação da economia agrícola brasileira. Coube à escravidão o papel de matriz do processo, pois deu à grande empresa agromercantil os meios de frustrar qualquer outra forma de organização agrícola. Mas foi o monopólio da propriedade da terra que permitiu consolidar as posições ganhas com base na escravidão. Com efeito, a partir do momento em que a mão de obra escrava se torna escassa e a oferta de trabalho livre mais abundante, criam-se condições favoráveis ao desenvolvimento de pequenas e médias explorações agrícolas. A partir desse momento, o controle da propriedade da terra por uma minoria passa a ser o fator determinante da organização agrícola. Graças a ele o sistema tradicional fundado na empresa agromercantil mantém sua posição dominante.” (FURTADO, 1972, p. 106).

A implicação da concentração da propriedade da terra, em uma economia essencialmente agrícola, significa necessariamente concentração da renda. Isso fez com que o latifúndio, representasse um *sistema de poder*, capaz de assegurar uma oferta elástica de força de trabalho e de impor um determinado padrão de distribuição de renda.

Esse sistema de poder explica o paradoxo de uma mão de obra que é, simultaneamente, escassa e barata e a consequente adoção da “agricultura itinerante” pela empresa agro comercial. Escassa porque, dada a grande extensão de terra à disposição dessa empresa, quando há um aumento da demanda, a oferta de mão de obra é o fator que limita o aumento da produção, ou seja, a mão de obra torna-se relativamente escassa como um fenômeno temporário e localizado, não atingindo o conjunto da economia. A partir dessa escassez relativa da mão de obra, a agricultura se organiza a partir do uso extensivo da terra a fim de aproveitar de forma mais econômica essa mão de obra. Do que decorre que a empresa,

bem como o pequeno lavrador, necessita de grandes áreas de terra subutilizadas e, além disso, no caso da grande empresa, que ela buscará defender as suas posições nas novas fronteiras agrícolas, onde se encontram terras mais férteis e que podem compensar a perda de fertilidade das terras submetidas à agricultura itinerante. Ademais, a concentração fundiária impõe um padrão de distribuição de renda que garante à empresa agro comercial o acesso a mão de obra barata, induzindo-a ao uso extensivo da terra, o que reproduz o uso de práticas agrícolas rudimentares.

Além do uso extensivo da terra e do nível técnico rudimentar, a agricultura itinerante se caracteriza também pela baixa capitalização e pela exploração intensiva de recursos não renováveis.

“No Brasil, excetuadas certas situações definidas por fatores constringentes técnicos, toda atividade agrícola que requer uma maior capitalização tende a ser antieconômica, porquanto incapaz de competir com a ‘shifting cultivation’, que é de maneira crescente, uma agricultura predatória.” (FURTADO, 1972, p.106).

Havendo, portanto, abundância de terras, uma fronteira agrícola móvel e o aumento da população trabalhadora rural, o modelo responde com prontidão ao aumento da demanda, mas o faz sem absorver progresso técnico. O que para Furtado constitui um problema, já que a agricultura cresce sem se capitalizar, ocorrendo um crescimento mediante a destruição de recursos não reprodutíveis, o que não configura, de fato, uma forma de desenvolvimento. O crescimento da produção era horizontal, expandindo a produção e utilizando, para tanto, os excedentes de terras e força de trabalho. Essa era a forma mais “econômica” de utilizar a força de trabalho, o que desconsidera os custos implícitos dessa prática, que são a destruição dos recursos naturais e a submissão de uma grande massa a formas de exploração intensas.

O modelo “clássico” de desenvolvimento agrícola para as economias capitalistas tem como base a ocorrência de dois processos concomitantes, o crescimento da demanda por excedentes agrícolas e a absorção da força de trabalho rural nos centros urbanos com melhores níveis salariais. Como resultados, teríamos a elevação do custo da mão de obra e a redução relativa dos custos dos insumos agrícolas, induzindo o empresário à capitalização e à incorporação de progresso técnico. Com isso, molda-se uma dupla demanda sobre os produtos agrícolas, a demanda urbana e a da força de trabalho rural. Se a reserva de força de trabalho é abundante no campo, o nível técnico só irá se elevar quando as terras forem todas ocupadas.

Agora, no Brasil, o funcionamento desse modelo fica comprometido, pois as terras são muito abundantes e a oferta de mão de obra continua elástica no setor agrícola. Essa abundância de recursos permite ao proprietário da terra impor baixos salários. Uma primeira decorrência, é que o baixo custo da força de trabalho constitui-se como barreira para incorporação do progresso técnico. “Como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícola, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual” (FURTADO, 1972, p. 119-120).

A solução para esse impasse seria a reforma agrária, já que a concentração da propriedade da terra está na base da segregação da sociedade brasileira e é um problema que persiste até o momento atual. Por essa razão, a reforma agrária, como um dos vetores estratégicos do desenvolvimento social e sustentável, esteve no centro do debate político brasileiro. Para Furtado, a reforma agrária seria a solução para o problema da concentração da renda, pois, ao dar acesso à terra para um grande contingente populacional, ela absorveria os excedentes de mão de obra presentes no campo e na cidade, o que se desdobraria numa dinâmica de aumento do salário real e distribuição de renda.

O autor é categórico quando afirma os desdobramentos da articulação entre a concentração da propriedade da terra e a agricultura itinerante, para ele:

“Quando se observa com uma ampla perspectiva a organização da agricultura brasileira, percebe-se claramente nela um elemento invariante, que é o sistema de privilégios concedidos à empresa agro mercantil, instrumento de ocupação econômica da América Portuguesa. Esse sistema de privilégios, que se apoiava inicialmente na escravidão, pôde sobreviver em um país de terras abundantes e clima tropical graças a uma engenhosa articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura itinerante. A sua sobrevivência está assim diretamente ligada à persistência de formas predatórias de agricultura e é uma das causas primárias da extrema concentração da renda nacional. Sem um tratamento de fundo desse problema, dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país.” (FURTADO, 1972, p.121-122).

Por fim, Celso Furtado propõe uma ruptura com a tutela cumprida pela empresa agromercantil, a fim de reestruturar a economia agrícola e equacionar os seguintes objetivos: i) assegurar a expansão da produção; ii) criar novos empregos em escala adequada; iii) melhorar progressivamente o nível técnico; e, finalmente, iv) assegurar a elevação do nível de vida da população rural em função do aumento de produtividade.

Capítulo 2: Agricultura em tempos de reversão neocolonial

2.1. Da formação à reversão neocolonial

Este item do capítulo pretende situar o quadro recente de mudanças e evolução no campo e no agronegócio brasileiro em um contexto mais amplo de determinações representadas pelas alterações na organização do sistema capitalista mundial que vão influenciar, não só o Brasil, mas o desenvolvimento das economias latino-americanas como um todo.

2.1.1. Reestruturação produtiva e a “nova dependência”

O arrefecimento do crescimento que caracterizou o pós-guerra gerou processos que desencadearam uma mudança na forma de organização do capital a nível mundial. Ocorreram alterações importantes na relação entre o Estado e o capital, alterações na forma de organização produtiva, acompanhadas por uma mudança da ideologia dominante.

Com o foco voltado para o processo de reestruturação da produção, nota-se que houve uma alteração na organização da produção realizada pelas empresas transnacionais. No pós-guerra, a transnacionalização das empresas era caracterizada pela transferência de unidades produtivas inteiras para os países periféricos a fim de assegurar o atendimento das demandas dos mercados nacionais e regionais. Para evitar a concorrência de produtos importados e a frustração do investimento realizado, era preciso a garantia de uma reserva de mercado, ou seja, um espaço econômico, nacional ou regional, bem delimitado.

Essa estrutura se altera profundamente a partir de meados dos anos 1970, quando as empresas passam a utilizar as unidades produtivas instaladas anteriormente como locais de produção de uma cadeia de produção organizada globalmente, onde cada processo produtivo é organizado de acordo com as vantagens do local, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos naturais e matérias primas, ou o custo da mão de obra. Isso leva a um estado de guerra econômica entre os países, que passam a competir para atrair o capital a partir de características como a estabilidade da moeda, a produtividade da força de trabalho, a qualidade da infraestrutura econômica, entre outros aspectos. As empresas transnacionais buscam, assim, romper os limites das fronteiras nacionais, para diluir as economias dependentes no mercado global, a fim de ampliar a mobilidade do capital.

De acordo com Plínio Sampaio Jr., o interesse dessas empresas nas economias periféricas se resume aos seguintes objetivos:

“(...) ter livre acesso aos mercados (...); ter o máximo de flexibilidade para aproveitar as potencialidades da região como plataformas de exportações que requerem mão-de- obra barata; açambarcar das mãos do capital nacional, público ou privado, os segmentos da economia que possam representar bom negócio.” (Sampaio Jr., 2007:146-147).

O que se desenha, como resultado desse processo, é um novo quadro de divisão internacional do trabalho, cujo papel fundamental das economias periféricas é abrir seu espaço econômico à penetração das grandes empresas transnacionais.

Nesse contexto, as sociedades latino-americanas ficaram expostas a mecanismos de neocolonização que caracterizam uma “nova dependência”, que pode ser resumida em três processos:

1. A difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica dessas economias. Que, incapacitadas de concorrer no mercado internacional, passaram por processos de desestruturação produtiva, comprometendo a continuidade dos processos de industrialização e os sistemas monetários.

2. Essas economias foram pressionadas a adotar políticas de estabilização monetária, políticas de inserção especializada no sistema capitalista mundial e a fomentar uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Com isso amplia-se a dependência financeira, evidenciada pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, em que ora são forçadas a gerar grandes superávits comerciais para honrar os compromissos da dívida externa, ora a realizar grandes déficits a fim de viabilizar a importação e a absorção de empréstimos.

3. Intensifica-se a dependência cultural a partir da incorporação de progresso técnico voltada para a modernização dos padrões de consumo das classes médias e altas, visando a cópia dos padrões dos centros hegemônicos, e pela desorganização do Estado nacional como mecanismo de ação coletiva. Como resultado, amplia-se a concentração de renda e a exclusão social. (Sampaio Jr., 2007:147-148)

Esse novo marco histórico, onde impera a lógica ultra especulativa do capital, condiciona as economias latino-americanas a fases de estabilidade inflacionária e baixo crescimento, que é a situação quando há entrada de capital estrangeiro; e fases de crises

cambiais agudas e recessão intensa, quando, num movimento claro de realização dos lucros, os capitais saem da região.

1.1.2. A economia brasileira e os riscos de reversão neocolonial

As economias periféricas dentro do novo quadro de divisão internacional do trabalho, além de constituírem grandes mercados consumidores, se inserem no sistema capitalista mundial como fonte de matérias primas, recursos naturais e reservatório de mão de obra barata.

No caso da economia brasileira, além dessa determinação, simultaneamente assistimos a regressão de nossa estrutura produtiva, a partir da crise da industrialização pesada e da forma que assume a inserção da economia brasileira na economia global.

Com a crise do modelo de substituição de importações em meados dos anos 1970 enfrentamos um “período de estagnação da renda per capita, obsolescência das forças produtivas, enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e o desmantelamento do Estado desenvolvimentista” (Sampaio Jr., 2007:149). A década seguinte, conhecida como a década perdida, é marcada pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para reciclar a dívida externa. Finalmente, nos anos 90, com a adesão às políticas liberalizantes recomendadas pelo consenso de Washington, o Brasil passa a se ajustar às demandas da mundialização do capital.

A liberalização da economia desencadeia um processo de desestruturação do aparelho produtivo, cujos efeitos se fazem sentir sobre os níveis de emprego e sobre os mecanismos de mobilidade social. O que tem por consequência a interrupção dos fluxos migratórios de força de trabalho, fomentando rivalidades inter-regionais e processos de segregação social, que põe em risco a própria coesão territorial do país.

De acordo com Sampaio Jr.:

“(...) a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil diante da ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação.” (Sampaio Jr., 2007:153).

Um dos aspectos dessa reversão neocolonial é a especialização da estrutura produtiva que pode ser observada a partir da tendência de crescimento do PIB do setor primário relativamente ao PIB da economia brasileira a partir dos anos 1990.

Tabela 1

Taxas Anuais de Crescimento do PIB Agropecuário e do PIB Total

[em %]

Anos	PIB Agropecuário	PIB Total
1990 a 2002	3,18	2,71
1995 a 2002	3,49	1,97
1997 a 2002	4,57	1,86
1999 a 2002	4,29	2,32

Fonte: GASQUES, J. G; BASTOS, E.T. Crescimento da agricultura. **Boletim de conjuntura IPEA**.

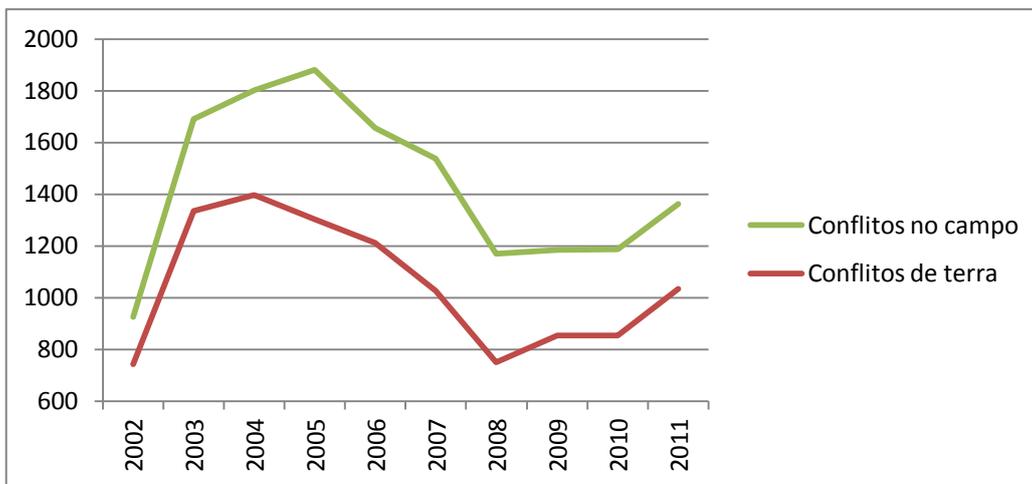
A partir dos dados da tabela 1, quando comparado o PIB agropecuário ao PIB total da economia para o período de 1990 a 2002, nota-se que a partir da abertura comercial e financeira iniciada no início dos anos 1990 e, depois, com a estabilização da moeda brasileira, o setor primário ganha impulso, acelerando o seu crescimento no período 1999-2002, beneficiado pela desvalorização cambial, já que a cotação dos produtos agropecuários é formada mercado mundial em dólares americanos.

Em suma, caminham em conjunto dois processos, a desestruturação do parque industrial, a partir do movimento agonizante da indústria pesada e, por outro lado, a reestruturação da estrutura produtiva fortalecendo o setor primário.

2.2. Barbárie e modernidade: as transformações do campo e o agronegócio no Brasil

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não ocorre sem ampliar as contradições no campo. Na última década, ao mesmo tempo em que temos o crescimento da produção agrícola, temos, por outro lado, o crescimento dos conflitos no campo, principalmente os relacionados à terra (gráfico 1).

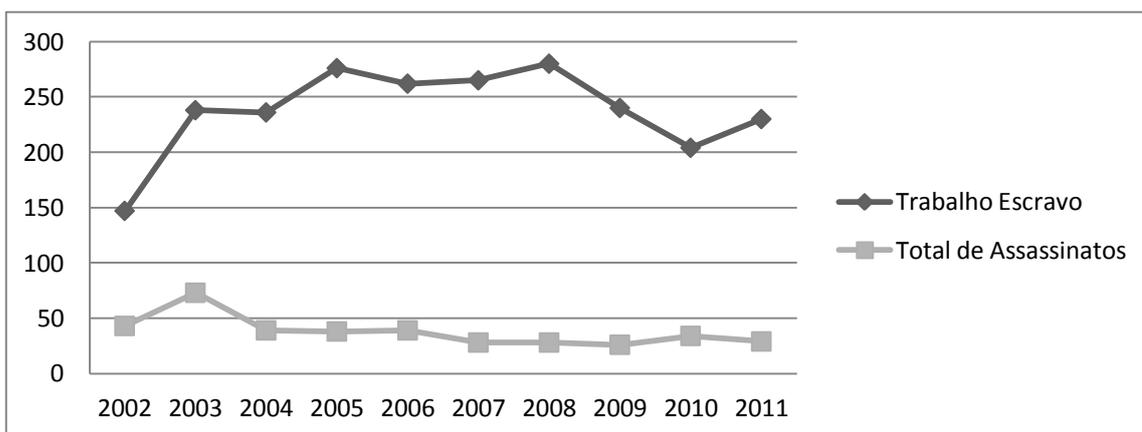
Gráfico 1 – Conflitos no campo e conflitos de terra (2002-2011)



Fonte: dados da CPT. Elaboração própria.

Um dado é ilustrativo do cenário de barbárie que as relações no campo brasileiro assumem, são os dados relacionados ao número de assassinatos no campo. O dado para o ano de 2003 é sintomático, sendo o primeiro ano do governo Lula, os movimentos sociais, a partir da estratégia de disputa política do governo, intensificam as ocupações de terra. Nesse mesmo ano, não por coincidência, dispara o número de assassinatos no campo para 73 casos de acordo com o gráfico 2, quando em 2002, houve 43 casos.

Gráfico 2 - Ocorrências de trabalho escravo e assassinatos no campo (2002-2011)



Fonte: dados da CPT. Elaboração própria.

Outro dado que demonstra os traços coloniais da agricultura brasileira é a permanência do trabalho escravo na agricultura brasileira. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2007 foram registradas 280 situações onde estaria sendo utilizada

mão de obra escrava, envolvendo quase 7000 pessoas. O número é quase duas vezes maior do que o registrado em 2002, quando houve 147 ocorrências. (nota de rodapé: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=274&catid=43).

Por outro lado, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira assinala como características da modernidade no agronegócio, o vigoroso crescimento da produção, assim como o crescimento das exportações do setor, possíveis a partir da globalização dos mercados, que elimina as barreiras para a busca do lucro máximo. Em 2011, as exportações do agronegócio brasileiro bateram novamente um recorde histórico, somando US\$ 94,59 bilhões, valor 24% superior ao observado em 2009. Além disso, o saldo comercial do agronegócio é quase três vezes maior do que o acumulado global da balança comercial brasileira, ou seja, o agronegócio é cada vez mais imprescindível para a conformação dos superávits da balança comercial e dessa forma se liga estreitamente às necessidades do capital estrangeiro investido na economia brasileira. (nota de rodapé: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+agronegocio,exportacoes-do-agronegocio-sobem-24-em-2011-e-batem-recorde,98860,0.htm>)

De acordo com Oliveira a agricultura torna-se uma atividade cada vez mais rentável, e, por conseguinte, regulada pela lógica do lucro, pelas condições da demanda do comércio mundial. Por isso em 2011, apesar de termos exportado uma série de produtos, tivemos que importar trigo, arroz, feijão (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros), enfim, uma série de produtos que poderiam facilmente ser produzidos em nosso território (Oliveira, 2003:121).

Esse fato ressalta os vínculos cada vez mais estreitos da agricultura brasileira com a lógica de mundialização do capital. Produz-se para quem paga mais, não importando onde esteja localizado. Ou seja, ganha relevo o valor de troca da produção agropecuária frente ao seu valor de uso. O que implica em consequências nefastas para o país como a perda da soberania alimentar.

Os setores que se beneficiam do desempenho recente apresentado pelo agronegócio brasileiro são, de acordo com Oliveira, inicialmente os capitalistas nacionais e internacionais responsáveis diretos pela atividade de produção e comercialização. Além deles,

o setor financeiro internacional também se beneficia desse quadro, pois é quem tem direitos sobre os juros da dívida pública brasileira.

Essa lógica perversa, portanto, aprofunda a dependência financeira da economia brasileira, ou seja, a necessidade de gerar superávits para tornar possível a realização dos lucros dos investimentos estrangeiros aqui realizados e remunerar os credores internacionais, proprietários dos títulos da dívida pública brasileira. Para tanto, temos que incorrer em déficits a partir tomada de empréstimos estrangeiros.

Capítulo 3: Crescimento do agronegócio e o controle patrimonial das 400 maiores empresas do agronegócio

A análise que empreenderemos no presente capítulo busca interpretar o fenômeno de crescimento do setor agropecuário, a fim de compreender os vínculos desse dinamismo com a presença do capital estrangeiro no setor.

Como a análise empírica das 400 maiores empresas do agronegócio no país engloba o período entre 2005 e 2010 e, como existem contribuições importantes no mesmo sentido desse trabalho, achamos importante aproveitar as contribuições que contextualizam as mudanças e tendências a partir do último quartel do século XX.

3.1. Tendências recentes da internacionalização do agronegócio no Brasil (1990-2003)

A partir de meados dos anos 90 a internacionalização do agronegócio brasileiro se acelera. Esse processo ocorre de duas formas distintas, a primeira é através da aquisição de empresas nacionais por grandes grupos estrangeiros, ou seja, uma internacionalização via compra de ativos preexistentes. A segunda é expressa pela integração da produção brasileira aos circuitos comerciais e produtivos internacionais de commodities.

O intenso processo de centralização do capital nos anos 90, a partir de mecanismos de fusão e aquisição de empresas, elevou a participação das empresas multinacionais na agroindústria dos países latino americanos, entre os triênios de 1990-92 e 1998-2000 de 31,3% para 44,2%. Essa forma de entrada, via fusões e aquisições, pode ser entendida como um processo de queimar etapas, pois garantia um rápido reposicionamento das empresas no mercado sem, com isso, levar a um acirramento da concorrência e possível desestruturação do mercado. Tendo em vista a situação financeira de grande parte das empresas nacionais, foi possível ao capital internacional adquirir ativos desvalorizados de empresas associadas a grandes marcas que detinham participações relevantes no mercado regional e até nacional.

De acordo com Benetti, essa onda de aquisições de empresas nacionais, totalizou 312 operações no setor de alimentos, bebidas e fumo entre os anos de 1994 e 2003, sendo o setor com o maior número de aquisições no período. As estratégias de aquisição são diversas, mas podem ser divididas em algumas tendências: i) setores, que antes da abertura, contavam

com proteção contra a concorrência externa, como é o caso do setor de laticínios e trigo; ii) setores auxiliares à produção e de bens de capital agrícola, como o de agro biotecnologia (pesquisa e sementes), fertilizantes e defensivos e máquinas e equipamentos ; iii) setores cuja produção visa atender o mercado interno e, crescentemente, o mercado externo, como o processamento da soja, carnes de aves e suínos e açúcar e álcool. A autora ressalta um aspecto importante dessas aquisições: “é da presença dominante do capital internacional sobre o setor de biotecnologia que se devem esperar as implicações mais importantes sobre os rumos da produção agrícola, devido ao controle total que as multinacionais passaram a exercer sobre a pesquisa” (Benetti, 2004:207).

Se os anos 1990 foram marcados pela compra de ativos existentes, os anos 2000 se caracterizam pela expansão do investimento no aumento da capacidade produtiva do agronegócio. Esse ciclo de novos investimentos está associado à expansão da produção graneleira e de carnes para o centro e o norte do país, ou seja, a tendência é de expansão da fronteira agrícola.

A outra forma de internacionalização, através da integração do agronegócio aos circuitos comerciais internacionais, também se ampliou. Isso porque, graças ao desempenho favorável da produção agrícola entre os anos de 1995-02, houve um aumento significativo da participação do valor das exportações agrícolas brasileiras nas exportações mundiais, que passou de 2,67% para 3,34%, representando um acréscimo de 25%, o que indica um aumento da inserção da produção brasileira no comércio mundial de produtos agrícolas.

Além da participação das exportações agrícolas brasileiras no comércio mundial, outro indicador utilizado por Benetti é um coeficiente de abertura setorial, que será medido pela relação entre as exportações e a produção de um determinado setor. São selecionadas cadeias produtivas importantes do agronegócio brasileiro.

Tabela 2

Participação da exportação de mercadorias na produção total,
segundo os produtos, no Brasil — 1996-2001

PRODUTOS	1996	1998	1999	2000	2001
Óleos vegetais em bruto	40,40	34,72	39,20	36,36	45,81
Soja em grão	15,13	28,44	30,55	34,68	40,92
Carnes de aves abatidas	10,30	10,16	15,29	12,53	18,91
Madeira e mobiliário	8,13	8,77	15,25	15,04	17,85
Carne bovina	3,47	4,56	7,22	6,75	10,78

FONTE: PEREIRA, Edgar Antonio. Estagnação e limites do crescimento. **Política Econômica em Foco**, n. 2, p. 76, set./dez. 2003.

Esse indicador nos mostra que entre 1996 e 2001 houve crescimento percentual das exportações para todos os produtos. No caso da soja em grão, que vale destacar, é uma matéria prima bruta, de baixo valor adicionado, para o ano de 2001, a cada 100 toneladas de grãos produzidos, 41 toneladas foram direcionadas para o mercado externo.

É evidente que existem diferenças regionais de produtividade da terra e dos fatores de produção, alterações na quantidade exportada, bem como que a soja pode ser exportada de outra forma, como óleo, farelo, entre outros; mas, de uma perspectiva mais ampla, esse indicador nos permite dizer que, em 2001, 41% da área dedicada ao cultivo de soja no Brasil visava o mercado externo.

Esse dado demonstra outro traço colonial ainda presente na estrutura de nossa economia, que é a produção de produtos primários para atender a uma demanda criada no exterior. Ou seja, permanece o caráter reflexo de nossa economia, que encontra seu dinamismo não mais no mercado interno, mas nas demandas do mercado internacional.

3.2. Análise das 400 maiores empresas do agronegócio no Brasil

3.2.1. Notas metodológicas

Neste trabalho, fizemos um estudo das 400 maiores empresas do agronegócio sob dois aspectos. Primeiro, na divisão entre controle acionário principal dessas empresas entre capital

nacional, estrangeiro e estatal. Em segundo lugar, analisamos os setores do agronegócio. A base de dados utilizada para tanto, foram os anuários específicos da revista Exame sobre o agronegócio dos anos de 2006, 2007 e 2008. Além deles, utilizou-se também a revista “Maiores e Melhores – Exame”, que incorpora a publicação desse anuário, para os anos de 2008, 2009 e 2010. Os dados utilizados foram nome da empresa, setor, vendas (milhões de reais) e origem do controle acionário.

A metodologia da revista se alterou ao longo das publicações na caracterização do agronegócio e, por conseguinte, na delimitação dos setores. Dessa forma, cabe destacar que para os anos de 2005 e 2006, os setores de Bebidas e Comércio Varejista, por apresentarem predominância do controle estrangeiro e alta participação no total de vendas das 400 maiores empresas, dificultam as interpretações da série histórica, podendo tornar parcial as conclusões tomadas da comparação do período 2005-2006 e 2007-2010.

Esse segundo período já apresentou uma estabilização da metodologia da revista e permite análises mais sólidas, mas, por se tratar de uma série de apenas 4 anos, ela vai retratar mais as mudanças conjunturais.

3.2.2. O conjunto das 400 maiores empresas

1. Com relação a concentração das vendas, a tabela 3 permite caracterizar o conjunto das 400 maiores empresas. As 200 maiores empresas (50% das empresas) representam pelo menos 86,1% de todas as vendas das 400 maiores, sendo que em 2005 correspondeu a mais de 90%, constituindo um conjunto muito representativo. O agronegócio demonstra ser um setor de forte concentração, pois as 10 maiores empresas (2,5% das empresas) sempre tiveram mais do que 26% das vendas, tendo como maior concentração o início da amostra, quando, em 2005, alcançaram 33,6%, representado um terço do total das vendas. Entre as 50 e as 100 maiores (12,5% e 25% das empresas, respectivamente) tiveram pelo menos 54,9% e 70,2% das vendas, apresentando como máximos os valores observados em 2005 de 63% e 77,7%, respectivamente. Como tendência, pode-se observar o ano de 2005 como pico da concentração, há uma redução significativa para 2006 e 2007, com leve aumento em 2008, queda em 2009 e, por fim, novo pico em 2010, quando a concentração das vendas atinge concentração comparável ao início da série.

Tabela 3 - Análise da concentração das vendas - Nacionais, estrangeiras e estatais (2005-2010)

		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
		% Vendas	% Empresas										
400 maiores	Nacional	54,8%	84,5%	51,5%	76,8%	58,3%	82,5%	63,3%	82,8%	60,7%	82,5%	62,0%	84,3%
	Estrangeiro	45,2%	15,5%	48,3%	22,5%	41,2%	16,5%	36,3%	16,0%	39,1%	16,5%	37,8%	14,8%
	Estatal	0%	0%	0,3%	0,8%	0,4%	1,0%	0,4%	1,3%	0,2%	1,0%	0,2%	1,0%
	Total	100%											
200 maiores	Nacional	51,1%	76,5%	45,4%	64,0%	54,2%	74,5%	59,8%	74,5%	55,9%	72,5%	58,2%	75,5%
	Estrangeiro	48,9%	23,5%	54,5%	35,5%	45,5%	25,0%	40,0%	25,0%	44,1%	27,5%	41,8%	24,5%
	Estatal	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,3%	0,5%	0,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Total	100%											
	% das 400	90,9%	50,0%	86,1%	50,0%	88,4%	50,0%	88,3%	50,0%	86,9%	50,0%	89,1%	50,0%
100 maiores	Nacional	45,0%	65,0%	39,7%	57,0%	47,6%	61,0%	55,5%	65,0%	49,9%	61,0%	53,5%	66,0%
	Estrangeiro	55,0%	35,0%	60,3%	43,0%	52,0%	38,0%	44,5%	35,0%	50,1%	39,0%	46,5%	34,0%
	Estatal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Total	100%											
	% das 400	77,7%	25,0%	70,2%	25,0%	73,7%	25,0%	74,0%	25,0%	71,8%	25,0%	75,2%	25,0%
50 maiores	Nacional	37,0%	50,0%	31,5%	44,0%	41,5%	52,0%	50,2%	54,0%	43,4%	50,0%	47,9%	54,0%
	Estrangeiro	63,0%	50,0%	68,5%	56,0%	58,5%	48,0%	49,8%	46,0%	56,6%	50,0%	52,1%	46,0%
	Total	100%											
	% das 400	63,0%	12,5%	54,9%	12,5%	57,5%	12,5%	58,6%	12,5%	56,5%	12,5%	60,7%	12,5%
10 maiores	Nacional	24,5%	30,0%	12,9%	20,0%	24,7%	30,0%	46,8%	40,0%	35,3%	40,0%	39,9%	40,0%
	Estrangeiro	75,5%	70,0%	87,1%	80,0%	75,3%	70,0%	53,2%	60,0%	64,7%	60,0%	60,1%	60,0%
	Total	100%											
	% das 400	33,6%	2,5%	26,9%	2,5%	26,3%	2,5%	27,6%	2,5%	26,4%	2,5%	28,8%	2,5%

Fonte: Maiores e melhores Exame (diversos anos). Anuário Exame Agronegócio (diversos anos). Elaboração própria.

2. Como já explicado nas notas metodológicas, os anos de 2005 e 2006 apresentam diferenças metodológicas. Por essa razão, com exceção do ano de 2006, não há alterações significativas na proporção entre as empresas nacionais e estrangeiras. Apesar da estabilidade, há uma perda de posição das empresas estrangeiras, pois dentre as 400 maiores, elas partiram de 15,5% do número de empresas concentrando 45,2% das vendas em 2005 para 14,8% das empresas com 37,8% das vendas. Logo, as empresas nacionais ganham posição, aumentando entre as 400 maiores de 54,8% para 62% das vendas entre os anos de 2005 e 2010, mas mantendo inalterado o número de empresas, que varia de 84,5% para 84,3% no mesmo período.

3.2.3. Análise setorial

1. Um panorama geral sobre os setores mostra que em 2005, de 22 setores, 15 eram de controle predominantemente nacional e 7 de controle estrangeiro, para o ano seguinte, de 23 setores, a proporção foi 13 de controle nacional e 10 de estrangeiro; em 2007, de 20 setores, em 12 predominou o controle nacional, em 6 o estrangeiro e em 2 empresas o controle estatal. Em 2008, para 20 setores, a proporção foi de 13:5:2, em 2009, de 21 setores, a proporção foi de 14:5:2. Por fim, em 2010, de 20 setores, foi de 13:6:1.
2. Entre os maiores setores, que foram considerados aqueles que no ano concentram mais do que 5% das vendas, para o ano de 2005 temos 7 setores, sendo 3 nacionais e 4 estrangeiros. Para 2006, de 8 setores, a proporção é de 4:4; em 2007, de 6 setores, temos 3:3; para o ano 2008, de 8 maiores setores, a proporção foi de 5:3; em 2009, de 7 setores, tivemos 4:3; e, finalmente, em 2010, de 7 setores, temos 5 onde predominam o controle nacional e 2 o estrangeiro. Os setores mais recorrentes são: “Óleos, farinhas e conservas”, “Aves e Suínos”, “Açúcar e álcool”, “Adubos e defensivos” e “Madeira e celulose”.
3. O setor público comandou a partir de 2007 o setor de genética, tecnologia e pesquisa e entre os anos de 2007-09 era o único controlador no setor de serviços, ou seja, comandava 100% do setor. Ao longo da série, são apenas 7 empresas estatais, constantes entre as 400 maiores do agronegócio, as responsáveis pelo desempenho do setor público. O ano em que mais aparecem empresas públicas é o ano de 2007, com 5 empresas (1,25% do total). Apesar do pequeno número, a influência do setor público é considerável, pois controla setores vitais para a continuidade da atividade

agropecuária, auxiliando a produção e a comercialização no setor de serviços e garantindo o aprimoramento constante dessa atividade a partir da pesquisa e da tecnologia. Duas das empresas são dignas de nota, a Emater-MG (Empresa de assistência técnica e extensão rural) e a Epagri-SC (Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural) por se tratarem de empresas dos estados de MG e SC que auxiliam o desenvolvimento da agricultura familiar.

4. O capital estrangeiro domina os setores de óleos, farinha e conservas, de adubos e defensivos, de fumo, de máquinas e equipamentos agrícolas, de leite e derivados, de sementes, de bebidas, de produtos da borracha e, finalmente, o comércio varejista. Apresenta também participação importante nos setores de fruticultura e pescados e aquicultura. Em suma, comanda os setores que representam grandes negócios no comércio e alguns setores estratégicos de maior avanço tecnológico, como é caso dos adubos e defensivos e do setor de sementes, cujas bases são basicamente a indústria química e a biotecnológica, além de comandar também, a indústria de bens de capital agrícola representadas no setor de máquinas e equipamentos agrícola.
5. Os setores que apresentam taxa de crescimento médio das vendas, no período 2007-10 (quando a metodologia da revista assume maior padronização), maior do que o conjunto das 400 maiores são, em ordem de grandeza: algodão e grãos, carne bovina, açúcar e álcool, sementes, pescados e aquicultura, aves e suínos e máquinas e equipamentos agrícolas. Por outro lado, chamam a atenção os setores em que há decréscimo médio do valor total das vendas no mesmo período, que são o setor de couro, fruticultura, café, têxtil e vestuário e leite e derivados.
6. O setor de algodão e grãos tem um crescimento anual médio das vendas de 23,2% entre os anos de 2007 e 2010 e é o setor que mais cresce no período. Simultaneamente a esse crescimento, cresce também a participação estrangeira que em 2007 era de 5,4% do valor das vendas do setor e em 2010 alcança a marca de 15,2%, sendo que, em 2010, as duas maiores empresas são de capital estrangeiro. O dinamismo do setor pode ser explicado pelo crescimento do cultivo da soja e do milho, que são as culturas que ocupam a maior área plantada no Brasil, respectivamente, de acordo com o censo agropecuário de 2006. Um aspecto digno de nota é a entrada nesse setor, da primeira empresa de controle chinês desde o início da série, a Noble Brasil, que é um grupo que atua no mercado internacional de commodities agrícolas, minerais e energéticas.

7. Apresenta forte dinamismo também o setor de carne bovina, com um crescimento anual médio das vendas, entre os anos 2007-10, de 17,7%. Mesmo sendo um setor dinâmico e o Brasil se constituindo como o maior exportador de carne bovina do mundo, o capital nacional controla a totalidade do setor no âmbito das 400 maiores empresas. Destaca-se no setor a JBS que no ano de 2008 adquiriu o grupo Bertin, outra grande empresa do setor; e a Marfrig, que realizou em 2008 sua primeira abertura de capital na bolsa de valores e vem adquirindo no Brasil e no exterior uma série de frigoríficos, entre os quais se destaca a compra da Seara, em 2009, da americana Cargill.
8. Outro setor que merece destaque pelo seu dinamismo é o setor de açúcar e álcool, que, no mesmo período, apresentou um crescimento anual médio das vendas de 16,5%. Como a série de dados é curta, nossa análise acaba por captar principalmente as mudanças conjunturais dos setores. Dessa forma, para esse setor, um dado que explica o dinamismo é a quebra de safra da Índia, um dos maiores produtores de açúcar do mundo, por dois anos consecutivos, em 2009-10. Assim como para o setor de algodão e grãos, o crescimento das vendas vem acompanhado do crescimento da participação do capital estrangeiro, de olho no mercado de biocombustíveis, que em 2005 contava com uma participação de 2,8% e em 2009 atinge a participação máxima do período de 11%. O capital indiano, presente pela 1ª vez na série, passa a controlar uma empresa, a Renuka do Brasil, que é era uma empresa brasileira fundada há mais de 30 anos.
9. O setor de aves e suínos é um setor que apresentou aumento da participação do capital nacional frente ao estrangeiro desde o início da série, sendo, em 2005, 85,7% a participação do capital nacional e, em 2010, esse valor passa a ser de 96,2%. O que pode ser explicado pela compra da Seara, que já citamos acima. É um setor que cresce “puxado” pelas grandes empresas, como a Brasil Foods, a Sadia, a Seara e a Aurora e tem destinado grande parte da produção para o mercado exterior, como é caso da C. Vale, que em 2009 exportou 55% da produção de carne de frango para 49 países.
10. O maior setor em vendas desde 2007 (até 2006 o comércio varejista, que compunha o ranking das 400 maiores, era o maior) é o setor de óleos, farinhas e conservas. É um setor que, apesar de concentrar quase ¼ das vendas das 400 maiores, apresentou baixo crescimento dessas. Há um predomínio do capital estrangeiro no setor, que em 2010 chega a 72,6% das vendas, enquanto o nacional fica com o restante, 27,4%. Nesse

setor se encontram as empresas que se apresentaram como as 2 maiores do ranking, a Bunge alimentos e a Cargill, de capitais holandês e americano, respectivamente.

11. Um setor que apresenta forte desnacionalização é o setor de máquinas e equipamentos agrícolas, em que o capital nacional e o estrangeiro, em 2005, contavam com participações de 64,3 e 35,7%, respectivamente, e, que em 2010, passam a 39,9% e 60,1%. De 16 empresas, em 2010, apenas 3 são estrangeiras (16,75% das empresas), a Catterpillar, a Case New Holland e a Stihl.

Conclusão

Tentou-se ao longo do trabalho traçar paralelos entre o processo de formação da agricultura e o momento atual do agronegócio, buscando nos processos específicos da formação de nossa estrutura econômica, elementos que nos ajudem a compreender melhor os dilemas e impasses atuais da economia brasileira.

Sendo assim, foi na permanência de algumas características de nossa estrutura colonial, que se buscou traçar tais relações entre a colônia de ontem e a nação de amanhã. Evidentemente, os problemas são repostos, hoje, de forma distinta, não são os mesmos problemas. Logo, a dependência financeira, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a orientação da produção para o mercado externo, a concentração da propriedade fundiária são problemas que permanecem e aprofundam a debilidade de nossa estrutura econômica e social, tornando o setor agrícola, por exemplo, suscetível à penetração do capital estrangeiro.

Outro ponto que marca o desenvolvimento recente da agricultura é a combinação do moderno e do atraso. Moderno na medida em que nessas atividades se desenvolve o capital financeiro, se incorpora progresso técnico e se internacionaliza a produção, porém, atrasado, quando aprofunda a concentração da propriedade fundiária, mantém um regime de super-exploração do trabalhador e, finalmente, quando avança de forma predatória sobre os recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, M. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. **Indic. Econ. FEE**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, ago 2004.

CARDOSO, A. M. **Burguesia brasileira e ajuste neoliberal: Mudanças no comando patrimonial das maiores empresas**. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 19ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

GASQUES, J. G; BASTOS, E.T. Crescimento da agricultura. **Boletim de conjuntura IPEA**. Rio de Janeiro, n. 60, mar 2003. P. 85. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bccj/bc_60n.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, jul/dez 2003. p. 113-156.1

PRADO JR., C. **A Revolução Brasileira**. 7ª ed, 2ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REGO, R. M. L. **Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade Brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

SAMPAIO, P. A. **Capital estrangeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 1979.

SAMPAIO JR., P. A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G (Org.). **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007.

ANEXOS

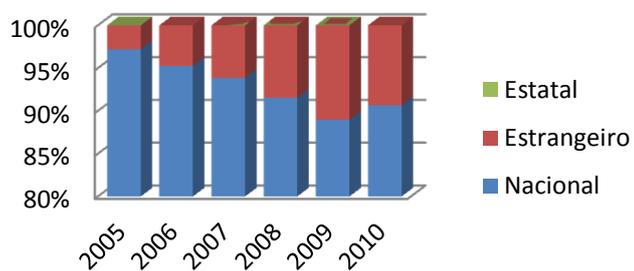
Participação do setor nas vendas (2005-2010)

400 maiores		2005	2006	2007	2008	2009	2010	Crescimento (% a.a.) (2007-2010)
		% Vendas	% Vendas	% Vendas	% Vendas	% Vendas	% Vendas	
Setor	Óleos, farinhas e conservas	12,19%	13,44%	25,55%	25,95%	24,47%	22,57%	3,3%
	Aves e Suínos	7,33%	6,58%	10,79%	10,90%	11,84%	11,99%	11,6%
	Açúcar e álcool	5,04%	6,69%	9,32%	6,54%	11,42%	11,80%	16,5%
	Abugos e defensivos	9,29%	5,19%	12,36%	15,50%	11,04%	11,47%	5,0%
	Madeira e celulose	5,28%	8,17%	9,29%	8,42%	6,49%	7,96%	2,3%
	Carne bovina	4,17%	3,01%	4,72%	5,52%	4,59%	6,16%	17,7%
	Algodão e grãos	1,05%	2,56%	4,02%	5,21%	5,73%	6,01%	23,2%
	Leite e derivados	3,67%	3,85%	6,11%	5,54%	5,58%	4,88%	-0,1%
	Atacado e comércio exterior	2,60%	6,64%	-	-	4,20%	3,89%	-
	Fumo	3,17%	3,57%	4,79%	4,36%	4,47%	3,84%	0,1%
	Máquinas, equip. e ferram.	3,50%	4,23%	3,26%	4,65%	4,04%	3,54%	10,7%
	Têxtil	4,51%	1,84%	2,19%	1,64%	1,60%	1,75%	-0,2%
	Revenda de máq. e insumos	0,10%	-	1,43%	1,48%	0,87%	1,32%	4,9%
	Café	1,16%	1,09%	1,94%	1,80%	1,63%	1,21%	-8,0%
	Nutrição e saúde animal	0,64%	0,54%	0,78%	0,71%	0,68%	0,61%	-0,9%
	Fruticultura	0,05%	0,52%	0,76%	0,50%	0,43%	0,35%	-17,3%
	Genética, tecnologia e pesq.	-	0,64%	0,27%	0,30%	0,19%	0,24%	3,6%
	Pescados e aquicultura	0,08%	0,13%	0,17%	0,22%	0,29%	0,20%	13,5%
	Sementes	0,19%	0,25%	0,10%	0,14%	0,17%	0,12%	14,7%
	Couro	-	1,04%	1,88%	0,43%	0,18%	0,12%	-56,5%
	Serviços	0,48%	-	0,29%	0,20%	0,05%	-	-
	Comércio varejista	18,31%	16,66%	-	-	-	-	-
	Bebidas	8,59%	10,29%	-	-	-	-	-
	Produtos da borracha	1,58%	2,44%	-	-	-	-	-
	Transporte e armazenamento	3,34%	0,63%	-	-	-	-	-
	Cooperativas	1,13%	-	-	-	-	-	-
	Produção agrícola	1,05%	-	-	-	-	-	-
	Outros produtos	0,79%	-	-	-	-	-	-
	Alimentos, bebidas e fumo	0,71%	-	-	-	-	-	-
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	-

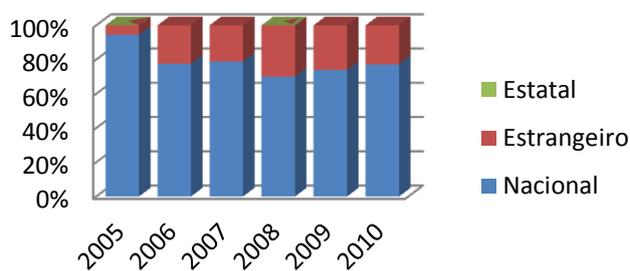
Varição das vendas por setor (%)

400 maiores		Varição das Vendas (%)				
		2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Setor	Açúcar e álcool	39,4%	16,9%	-15,7%	66,8%	12,5%
	Abugos e defensivos	-41,2%	99,7%	50,7%	-32,0%	13,1%
	Algodão e grãos	156,3%	31,8%	56,0%	4,9%	14,3%
	Alimentos, bebidas e fumo	-	-	-	-	-
	Atacado e comércio exterior	168,2%	-	-	-	,7%
	Aves e Suínos	-5,7%	37,6%	21,4%	3,7%	10,2%
	Bebidas	25,8%	-	-	-	-
	Café	-1,3%	49,6%	11,6%	-13,7%	-19,1%
	Carne bovina	-24,0%	31,4%	40,4%	-20,5%	45,9%
	Comércio varejista	-4,4%	-	-	-	-
	Cooperativas	-	-	-	-	-
	Couro	-	51,0%	-72,2%	-59,6%	-27,1%
	Fruticultura	1123,6%	22,4%	-21,2%	-17,3%	-13,3%
	Fumo	18,4%	12,6%	9,4%	-2,1%	-6,4%
	Genética, tecnologia e pesq.	-	-65,2%	36,8%	-41,3%	38,2%
	Leite e derivados	10,5%	33,1%	8,9%	-3,7%	-4,9%
	Madeira e celulose	62,6%	-4,6%	9,0%	-26,4%	33,5%
	Máquinas, equip. e ferram.	26,9%	-35,2%	71,0%	-16,9%	-4,6%
	Nutrição e saúde animal	-12,0%	20,9%	9,5%	-8,6%	-2,9%
	Óleos, farinhas e conservas	15,9%	59,5%	22,1%	-10,0%	,5%
	Outros produtos	-	-	-	-	-
	Pescados e aquicultura	65,5%	13,4%	56,3%	27,5%	-26,7%
	Produção agrícola	-	-	-	-	-
	Produtos da borracha	62,3%	-	-	-	-
	Revenda de máq. e insumos	-	-	24,1%	-43,4%	64,3%
	Sementes	38,4%	-65,0%	65,5%	14,3%	-20,2%
	Serviços	-	-	-14,9%	-74,9%	-
	Têxtil	-57,1%	-,2%	-10,4%	-6,4%	18,7%
	Transporte e armazenamento	-80,2%	-	-	-	-
	Total	5,1%	-16,1%	20,2%	-4,5%	8,9%

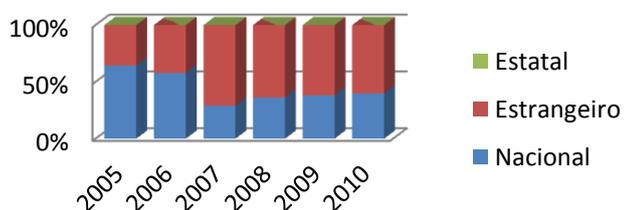
Açúcar e Álcool



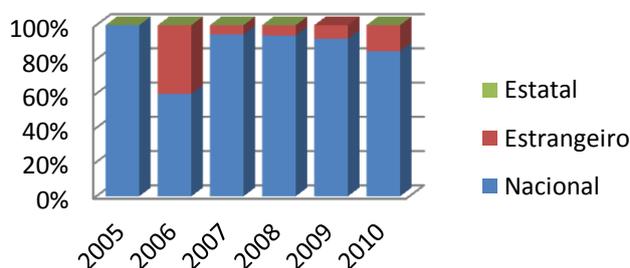
Madeira, Papel e Celulose



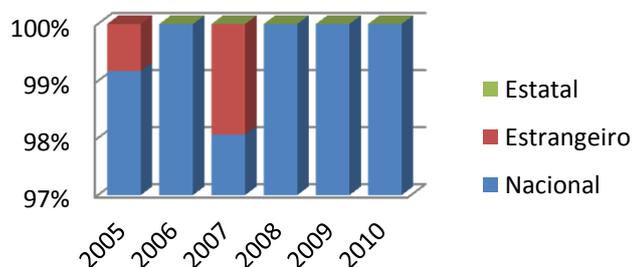
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas



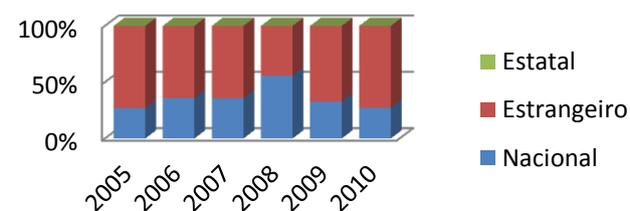
Algodão e Grãos



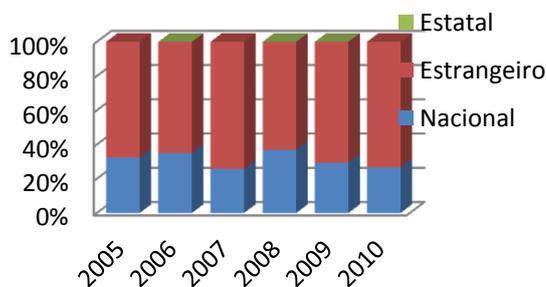
Têxtil e Vestuário



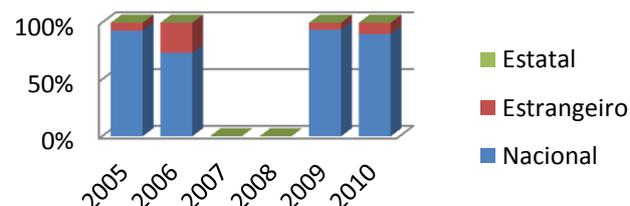
Óleos, Farinhas e Conervas



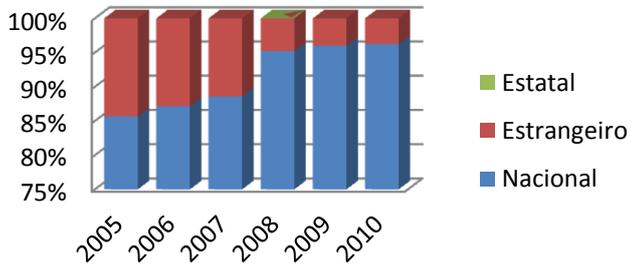
Adubos e Defensivos



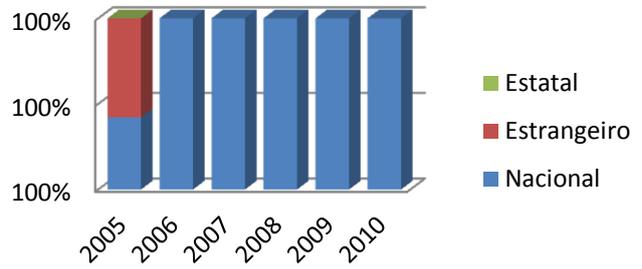
Atacado e Comércio Exterior



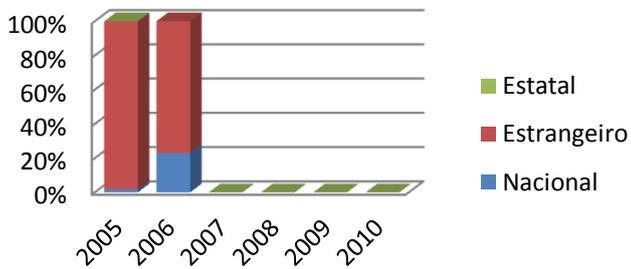
Aves e Suínos



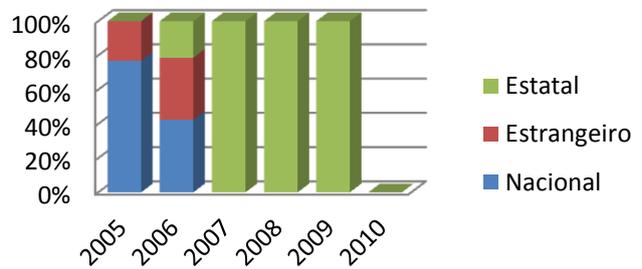
Carne Bovina



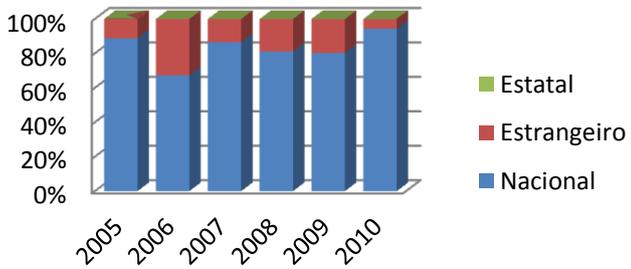
Bebidas



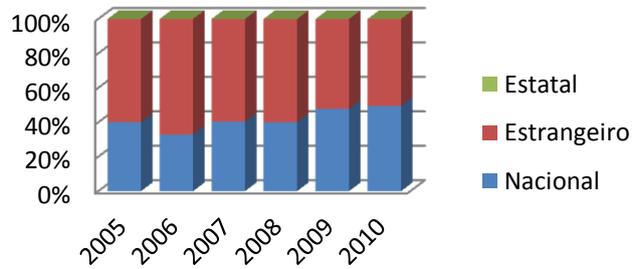
Serviços



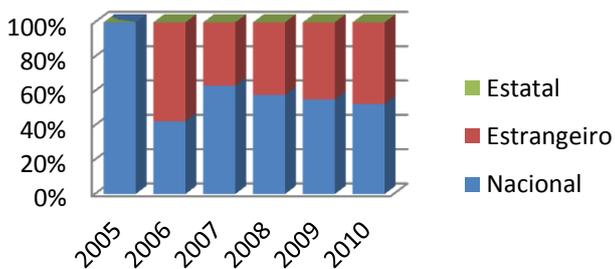
Café



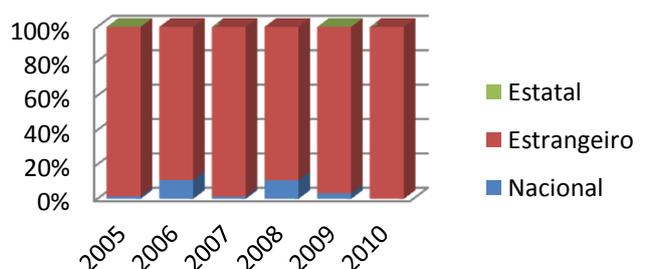
Leite e Derivados



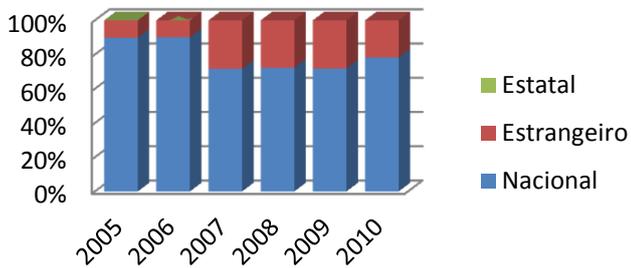
Fruticultura



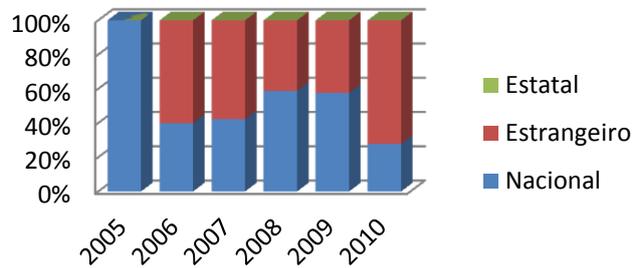
Fumo



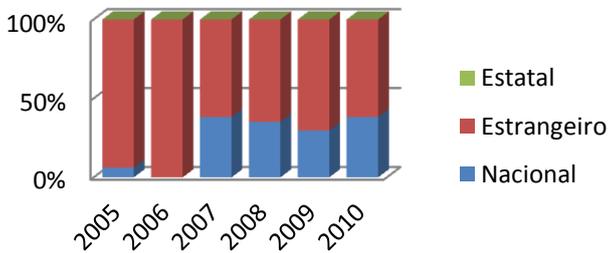
Nutrição e Saúde Animal



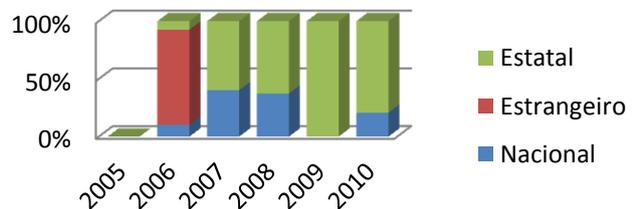
Pescados e Aquicultura



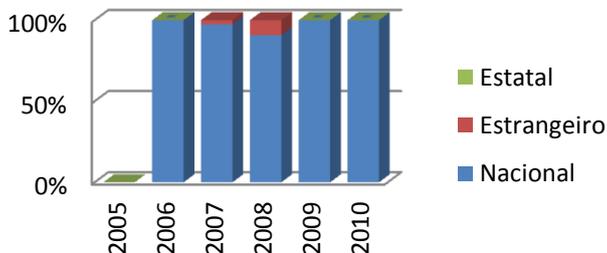
Sementes



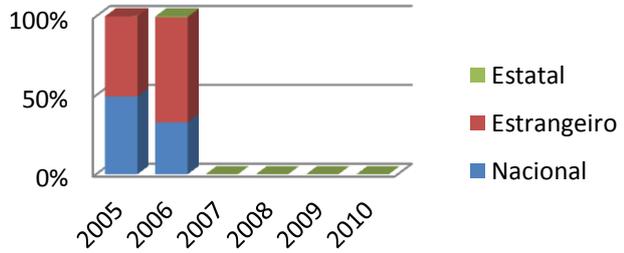
Genética, Tecnologia e Pesquisa



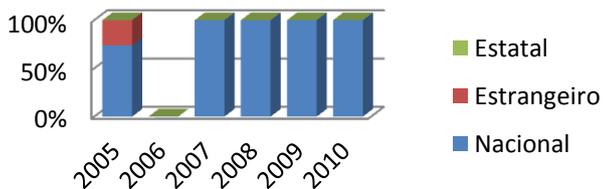
Couro



Comércio



Revenda de Máquinas e Insumos



Produtos da Borracha

